



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“ESTABELECIDOS E OUTSIDERS”: IMPLICAÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE OS “DE DENTRO” E OS “DE FORA” EM UM CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE IGARASSU - PERNAMBUCO (BR)

Tarcísio Augusto Alves da Silva
Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais
da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
E-mail: deescada@yahoo.com.br

RESUMO

A proposta do presente trabalho incide sobre a análise da relação entre antigos moradores do Engenho Ubu (Igarassu – Pernambuco) e os agricultores sem terra que invadem a propriedade reivindicando sua desapropriação para fins de reforma agrária. Dessa forma, o encontro entre grupos sociais com distintas trajetórias, em um mesmo território, exprime como as relações de forças se constituem na defesa de seus interesses. Após ultrapassado o período de maior desconfiança e uma identidade de assentados rurais se constituir entre os sujeitos, as referências ao passado e a história de vida dos membros de cada grupo permanecem como elemento distintivo e uma variável importante no enfrentamento de um conflito socioambiental que atinge a comunidade. Por fim, o trabalho leva em conta que a percepção de risco dos assentados é influenciada por sua trajetória e pelos valores do grupo de que cada indivíduo se origina, trazendo, com isso, rebatimentos sobre a participação de cada um no conflito.

Palavras-chave: Assentados. Estabelecidos, Outsiders. Conflito.

1. Introdução

No ano de 2007, iniciamos o trabalho de campo de nossa pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco na comunidade de assentados rurais do Engenho Ubu, no município de Igarassu, Pernambuco (BR).

A investigação se deu motivada pela identificação de um conflito de natureza socioambiental estabelecido pela construção de um aterro sanitário privado nas proximidades das terras do assentamento e a menos de 100 metros, em alguns trechos, do rio Arataca. O conflito que se inicia a partir de 2005, se estende até os dias atuais, vivenciando períodos diferenciados de mobilização, condicionados ao surgimento de novos fatos e acontecimentos que tornam os efeitos da presença do aterro sanitário um estorvo ao desenvolvimento das atividades agrícolas praticadas pela comunidade.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

No conflito, observam-se discursos distintos sobre a melhor forma de preservar o meio ambiente. De um lado, há um discurso técnico e governamental que se ancora no fato de que a construção do aterro sanitário privado é a melhor forma de gerir a destinação dos resíduos sólidos da região, uma vez que este aparelho consegue, ao impermeabilizar o solo, proteger os lençóis freáticos do chorume produzido com a concentração do lixo.

As técnicas de engenharia permitiriam, portanto, o acondicionamento dos resíduos sem que este trouxesse problemas como vetores de transmissão de doenças (ratos, insetos e urubus). Do ponto de vista do Estado, verificou-se um reconhecimento da incapacidade do poder público em gerir o lixo produzido na região, repassando para o mercado o direito de fazê-lo. Tais discursos, no entanto, omitem o fato de que, no processo de gerir o meio ambiente por meio de políticas públicas ou pelas formas encontradas pelo mercado, impactos socioambientais são direcionados às comunidades mais fragilizadas do ponto de vista político e econômico.

Aterros sanitários, nesses termos, são exemplos de aparelhos públicos e privados que trazem consigo os incômodos que os decisores de risco definem como aceitáveis e suportáveis a uma população específica, definindo assim quem estaria suscetível a ser impactado por danos ambientais localizados produzidos por terceiros (SILVA, 2010).

De outro lado, encontramos o discurso dos assentados denunciando os riscos ambientais que são visíveis com a construção do aterro, em 2005, e seu funcionamento em 2009. Por meio dele, a percepção dos riscos se tornou um mecanismo de mobilização do grupo, inspirando a defesa do meio ambiente no território onde vivem. Essa defesa ficou simbolizada pela preocupação com a contaminação do rio Arataca e as consequências dos efeitos dos danos ambientais causados ao rio sobre a vida da comunidade.

Ademais, os assentados observam ainda a institucionalização de um processo de segregação espacial de seu território associada à construção de um aparelho público – Presídio de Itaquitanga (Centro Integrado de Ressocialização que reunirá cinco unidades prisionais no mesmo local). Desse modo, ao sul, o assentamento enfrenta a ação do aterro e, a oeste a presença do sistema prisional, construído no formato PPP (Parceria Público Privado).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A ocorrência do conflito socioambiental entre assentados rurais e o aterro sanitário se estabelece no plano discursivo pelo embate entre um conhecimento leigo e um conhecimento perito. No campo ambiental, tal conflito se constitui “na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal” (CARVALHO, 2002:09). É assim que o discurso técnico que defende o aterro sugere que qualquer especulação contrária, oriunda de populações leigas, seja desconsiderada porque é balizada por superstições e pela ignorância própria daqueles que possuem baixa escolaridade (SILVA, 2010) ou não detêm um conhecimento técnico sobre a importância deste aparelho no processo de destinação final de resíduos para uma dada região.

No entanto, embora o conflito envolva de um lado, técnicos do aterro, representantes do governo do Estado, os órgãos ambientais e de outro os assentados rurais do Engenho Ubu, o que se observa é que, estes últimos, ao possuírem diferentes trajetórias, enfrentam como um dos obstáculos, encontrados no processo mobilizatório, a possibilidade de não verem suprimidas as distintas identidades que se confrontam no cotidiano da comunidade.

Para uma melhor compressão desse processo, faz-se necessária, portanto, uma reflexão sobre as nuances e a dinâmica interna do conflito, tendo como referência as relações sociais estabelecidas entre os assentados na história do assentamento. Nessa história, uma distinção efetuada entre dois grupos, os “de dentro e os “de fora”, trouxe rebatimentos sobre a participação de um desses grupos no conflito socioambiental, comprometendo assim os resultados esperados por parte das lideranças dos assentados.

Para realizar a leitura desse fenômeno, procuramos utilizar as categorias de estabelecidos e outsiders analisadas por Elias e Scotson (2000) no estudo de uma comunidade urbana britânica em fins dos anos 1950. Objetivamos com este texto , discutir as implicações das relações de poder construídas entre os “de dentro” e os “de fora” no enfrentamento do aterro sanitário.

Consideramos ser importante, nesse contexto, lembrar que qualquer transposição analítica que procure utilizar como referência um estudo empírico realizado em um núcleo urbano deve proceder com parcimônia, pois se fará necessário levar em conta as especificidades sociais e culturais, além das racionalidades que distinguem as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

relações sociais vivenciados no campo e na cidade. Quanto a isso, Wanderley (2009: 246) considera que:

No que se refere aos modos de vida e à “paridade social”, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos tanto no campo quanto na cidade.

Inspirado por essa orientação, acreditamos, entretanto, ser possível identificar aspectos de convergência entre a teoria proposta por Elias (2000) e a relação entre os “de dentro” e os “de fora” na realidade do espaço rural do Assentamento Engenho Ubu. Dessa forma, apresentaremos, na sequência, os dois tópicos centrais que compõem a estrutura de nosso texto. No primeiro, buscamos discorrer sobre a especificidade do estudo das relações de poder efetuado por Norbert Elias e Scotson, enquanto no segundo, realizaremos a análise das relações de poder entre os “de dentro” e os “de fora” utilizando como referência a *Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* dos autores mencionados.

2. O estudo das relações de poder entre estabelecidos e outsiders em Norbert Elias

Norbert Elias ficou amplamente conhecido por seu trabalho de Sociologia Histórica com a publicação da obra *O processo civilizador*. Nele, o autor pontua as mudanças sociais ocorridas a partir da Idade Média e a forma como os indivíduos as percebiam alterando seu comportamento e seu sentimento. Para ele, o controle das pulsões é uma das grandes mudanças que caracterizam esse processo, favorecendo ocorra o fortalecimento do autocontrole e, em consequência, a adoção de um novo padrão de conduta. Mas é com a publicação da pesquisa *Estabelecidos e outsiders: a sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, divulgada inicialmente em 1965, que se reafirma o domínio teórico-metodológico de seu legado sociológico.

Realizada em um pequeno povoado urbano da Inglaterra, a pesquisa procurou, como demonstrou Elias (2000), explorar as vantagens de um estudo de caso considerando que esse tipo de metodologia encontra limitações para “estudar aspectos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

da figuração universal no âmbito de uma pequena comunidade” (p.20). Defende que é possível construir um modelo explicativo, de pequena escala, de uma figuração universal, permitindo que este funcione como um “paradigma empírico” aplicável a outras configurações mais complexas desse tipo (p.21).

Na especificidade da pesquisa ali realizada, há um interesse em se investigar a constituição de uma crença de superioridade que se tornou a marca distintiva dos membros de um dos grupos que compunham a comunidade de Winston Parva (nome fictício dado a ela). Essa superioridade e essa difusão de uma representação de que aquele grupo humano seria também reconhecido como melhor do que os outros estavam inicialmente relacionada ao fato de que as famílias que formavam esse grupo residiam ali desde a formação daquele povoado. Essa “antiguidade” dava a esses antigos residentes (os estabelecidos) uma coesão que contribuía para que exercessem um considerável poder e controle social sobre aqueles que seriam enquadrados no estigma de os “de fora” (outsiders), acentuado pelo fato de que as relações sociais entre estes últimos eram bastante frouxas.

O potencial de coesão entre os estabelecidos conduzia-os à ocupação de importantes cargos nas organizações locais (conselhos, direção de escola ou clube) ao mesmo tempo que se excluía moradores de áreas mais recentes. Essa ação de exclusão é também acompanhada de uma estigmatização que marca a figuração estabelecidos/outsiders e funciona enquanto um mecanismo de manutenção de poder. A força da estigmatização exercida pelos estabelecidos em relação aos outsiders é eficiente, pois o grupo de antigos moradores encontra-se em posições privilegiadas (cargos de direção) dentro das organizações presentes na comunidade e das quais o grupo de outsiders é continuamente excluído.

Os outsiders eram estigmatizados pelos estabelecidos como indivíduos de “valor humano inferior” porque justamente não seguiam um código de conduta que os integrasse e fornecesse coesão às regras estabelecidas pelos antigos moradores. Muito embora, independentemente disso, houvesse a necessidade de os estabelecidos manterem sua posição social enquanto grupo fechado que eram. Nesse sentido, a presença dos outsiders era percebida pelos estabelecidos como desestruturadora de algumas características presentes no conjunto das famílias de antigos moradores, como:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a existência de uma normatividade estabelecida, o status diferenciado de cada membro, mas, ao mesmo tempo, o sentimento de coletividade que se construiu relacionado às tradições daquela comunidade.

O estigma de outsiders funcionava como um mecanismo de exclusão que era utilizado pelos estabelecidos como forma de garantir sua identidade grupal e reafirmar sua superioridade diante dos grupos recentemente chegados ao povoado. Desse modo, Elias considera que não havia diferenças de nacionalidade, étnica ou racial, de ocupação, de renda ou mesmo educacional entre os grupos que formavam Winston Parva, porque todas as três áreas do povoado eram compostas efetivamente de trabalhadores. A antiguidade da associação conseguia, segundo Elias (2000), criar coesão, identidade coletiva e normas sociais condutoras de um status que acompanha a consciência de pertencimento a um grupo que se enxerga numa condição humana diferenciada (superior) em relação aos seus vizinhos mais novos.

É assim que exclusão dos outsiders não ocorre de outro modo, sem tensões e conflitos. Essa relação, entretanto, pode se manter “latente (o que costuma acontecer quando os diferenciais de poder são muito grandes) ou aparecer abertamente, sob a forma de conflitos contínuos (o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos outsiders)” (ELIAS, 2000:32).

Em suma, os estabelecidos eram caracterizados por um grupo de antigos residentes que possuíam uma memória comum, sentimentos e apegos partilhados, assim como aversões comuns. Esse conjunto de características se estabeleceu com base num processo grupal de longa duração que cruzou, no mínimo, três gerações de moradores, permitindo, com isso, um alto grau de coesão e controle de seus membros, resultando em um fenômeno de fidelidade coletiva favorável à manutenção do poder e do status sociais que os diferenciavam e faziam com que se mantivessem separados do restante da comunidade. A chegada das famílias de trabalhadores que não possuíam um reservatório de experiências comuns compartilhadas às novas zonas do povoado representava uma ameaça ao monopólio de poder, ao carisma coletivo e às normas grupais dos estabelecidos.

Já os outsiders eram caracterizados como trabalhadores pouco especializados, recém-chegados ao povoado e ocupantes da zona 3, recente bairro operário. A zona 1



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

era um bairro de classe média, enquanto a zona 2 era o bairro operário mais antigo e concentrava a maioria das fábricas da região onde residiam, portanto, os estabelecidos. Essa configuração expressava uma diferenciação na comunidade como um todo, pois a população das zonas 1 e 2 se considerava melhor em relação aos outsiders localizados na zona 3. Estes últimos, por sua vez, formavam um grupo aberto, pouco exclusivo, portador de normas e padrões sociais menos rigorosos, características que davam a esse grupo pouca coesão social, em termos, por seu estatuto de migrantes, pelo pouco reconhecimento mútuo entre os indivíduos e pela “relativa inexistência de laços de parentesco”, o que contribuía para o isolamento dessas famílias (ELIAS, 2000).

Entre as questões que movem a investigação realizada por Elias e Scotson, quanto às relações entre estabelecidos e outsiders, procura-se evidenciar: que meios os estabelecidos utilizam para impor a sua crença de superioridade humana ao grupo de outsiders?

A resposta a essa indagação, encontrada pelo pesquisador e seu colaborador, aponta para as seguintes estratégias: a) a exclusão social do grupo de outsiders (a recusa de contatos pessoais e a restrição ao acesso a cargos de poder), b) o esforço para denegrir a imagem dos outsiders por meio de fofocas, c) a estigmatização dos indivíduos que infringiam os códigos de condutas construídos pelos estabelecidos.

A exclusão social a que se remete Elias foi uma das estratégias que possibilitou às famílias de antigos moradores evitar os contatos pessoais, restringindo-os unicamente aqueles que não podiam ser evitados pelo contato estritamente profissional. Essa postura garantia aos estabelecidos uma certa distância dos maus hábitos e posturas pouco condizentes com os códigos de condutas que normatizavam a vida das famílias mais antigas (“medo da poluição” que o contato com um grupo anômico conduziria, tornando aquele que se relacionava com os outsiders um indivíduo de segunda classe).

O esforço para denegrir a imagem dos outsiders por meio de fofoca, foi um recurso usual para a manutenção do *status quo* adquirido pelos estabelecidos. Construída em torno de alguns temas estereotipados, uma ideologia de status disseminou-se e foi mantida por um fluxo constante de fofocas. Os tipos de fofocas elogiosas se referiam a um reforço interno à própria imagem dos estabelecidos, enquanto as fofocas depreciativas procuravam ratificar uma imagem negativa associada



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

aos recém-chegados (ELIAS, 2000:65). A eficácia de tal ideologia se concretizava à medida que os próprios outsiders se reconheciam nas imagens difundidas pelas elites locais e que eram corroboradas pelas atitudes de se reservar para os contatos mais próximos, mesmo entre algumas famílias de outsiders.

Por fim, a estigmatização dos indivíduos que infringiam os códigos de condutas instituídos pelos estabelecidos resulta de um processo mais amplo de fixação da imagem denegrida dos outsiders. Essa estigmatização não ocorria apenas pelo fato de esses indivíduos negligenciarem as normas de convivência do grupo de moradores mais antigos do povoado, mas porque sua presença, em si, representava um incômodo por tudo aquilo que sua imagem trazia à tona (violência, embriaguez, promiscuidade, sordidez e decadência), sobretudo por se localizarem em uma zona de integração precária. O poder da estigmatização se refletia na imagem que os indivíduos realizavam de si mesmos, associando-a ao julgamento que terceiros faziam da vizinhança do bairro em que esses indivíduos residiam. A identidade social, enquanto característica conferida aos indivíduos por terceiros, aprisiona a pessoa num estigma por associação. Em razão disso, “aqueles que são objetos do ataque não conseguem revidar porque, apesar de pessoalmente inocentes das acusações ou censuras, não conseguem livrar-se, sequer em pensamento, da identificação com o grupo” (ELIAS, 2000:131).

Com o estudo das relações de poder, focada na realidade de uma pequena comunidade, Elias (2000) buscou evidenciar as possibilidades teórico-metodológicas que esse tipo de investigação fornece para “atentarmos às regularidades de um nexos de acontecimentos, o que nos possibilita, então, testar, por meio da investigação de outros casos, se tais regularidades são observáveis em todos eles e, se não o forem, por que isso acontece” (p.2000).

É nessa perspectiva que apresentaremos a seguir um estudo de caso sobre um conflito de natureza socioambiental que, no plano externo, envolveu uma gama de atores sociais (técnicos do aterro sanitário, representantes dos governos estadual e municipal, fiscais de órgãos ambientais, assentados rurais, movimento sindical e ambientalistas) que evidenciam o caráter polissêmico do meio ambiente através de discursos que procuram legitimar, à sua maneira, a forma mais coerente de preservar os recursos naturais disponíveis em um determinado território. A forma legítima que se



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

impõe é influenciada pela distribuição desigual de poder no campo social e compromete as condições de possibilidade de que, no campo ambiental, as ações de grupos minoritários e com menor influência política possam alterar cenários de risco a que são expostos.

Mas é no plano interno da dinâmica desse conflito que procuraremos evidenciar outra dimensão dessas relações de poder, ou seja, aquela que ocorre na distinção interna operada entre os antigos moradores do Engenho Ubu (os “de dentro”) e os sem terra que invadem a propriedade e pressionam para que seja feita a sua desapropriação para fins de reforma agrária (os “de fora”).

3. A relação entre os “de dentro” e os “de fora” no conflito socioambiental de Igarassu - Pernambuco (BR)

A análise que realizaremos é fruto de dados coletados a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica que teve como objeto a formação do Assentamento Engenho Ubu e o clima de concorrência e desconfiança que se instaura na convivência entre trabalhadores rurais com distintas trajetórias. Essa base documental, fornecida pelas lideranças dos assentados, bem como os trabalhos de outros pesquisadores (CARRAZONE, 2004; ALBUQUERQUE, 2008) que estudaram o assentamento anteriormente compuseram uma fonte de informação que pôde ser, posteriormente, ratificada por meio de entrevistas semiestruturadas com as famílias de antigos moradores do engenho (os “de dentro”) e com os trabalhadores rurais sem terra organizados pela FETAPE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (os “de fora”). Buscamos, com isso, entender, a partir da memória coletiva da comunidade, como esta trama foi se tecendo, resgatando, para isso, a própria história de formação do assentamento, seus atores e interesses.

A desapropriação do Engenho Ubu foi resultado da crise do setor sucroalcooleiro na década de 1990, embora essa situação de falência das usinas fosse contestada por Andrade e Andrade (2001), pois nem sempre o fechamento de uma usina representa o enfraquecimento de um grupo econômico ou sua falência.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Foi esse contexto de crise, no entanto, que fez com que os sindicatos de trabalhadores rurais e sua federação, a FETAPE, buscassem novas formas de orientação e estratégias de luta para combater o desemprego na Zona Canavieira pernambucana, a exemplo das ocupações de terras.

O Engenho Ubu é uma das inúmeras propriedades que se apresentavam improdutivas em decorrência de sua ingerência na disputa pela direção da empresa entre irmãos e da crise do setor sucroalcooleiro. Em sua sede, funcionavam uma destilaria e uma fábrica de tapetes que empregavam profissionais, como pedreiros, eletricitas, almoxarifes e trabalhadores especializados na fabricação dos tapetes. Especificamente para o trabalho na lavoura, no cultivo da cana, eram empregados alguns trabalhadores rurais permanentes.

No início da década de 1990, o Engenho Ubu já era considerado propriedade improdutiva, e muitos dos empregados da destilaria, assim como os do próprio engenho, não haviam recebido os valores a que tinham direito, relacionados ao tempo de serviço prestado aos proprietários. De repente, os trabalhadores viram-se sem quaisquer possibilidades de trabalho naquela empresa e tendo que migrar, em busca de emprego, para usinas e cidades da região. Para muitos dos antigos moradores da vila, o único recurso disponibilizado na época pelos donos foram as casas pertencentes ao engenho, o que compunha uma pequena vila formada, em média, por 35 residências. Mesmo que muitos desses trabalhadores tenham deixado definitivamente o engenho, vários deles optaram por manter-se nas casas em que moravam, embora trabalhando em outras cidades.

Na antiga vila residiam as famílias de trabalhadores da falida fábrica de tapetes e da destilaria de açúcar que formavam o engenho; tais famílias se mantiveram no local mesmo com o encerramento das atividades daquelas unidades produtivas e procuravam, no mercado local das cidades próximas, possibilidades de trabalho. Entre os vários profissionais que se mantiveram na vila, destacam-se os pedreiros, os eletricitas e alguns poucos operários.

Afora esses moradores, que, em geral, mesmo residindo em um engenho de cana-de-açúcar, não tinham a tradição da agricultura, moravam em outras áreas cinco



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

famílias que viviam isoladas, em casas construídas pelo engenho, e desenvolviam a agricultura familiar (CARRAZONE, 2004:30).

As famílias que se mantiveram na vila do engenho possuíam uma característica em comum: a maioria havia nascido e crescido naquela propriedade e relembra, com tristeza o processo de falência do engenho, bem como, com nostalgia, a época de ouro em que estas tinham garantido o pagamento de seus salários. Nos momentos de euforia e resgate desse passado, em muitas declarações dos antigos moradores da vila do engenho se demonstravam a sua falta de habilidade para lidar com a terra quando afirmavam que, embora tivessem recebido parcelas, por serem antigos trabalhadores do engenho, esses apreciavam muito mais uma relação salarial do que a autonomia de trabalho que a posse da terra lhes possibilitava. Para eles, o trabalho na agricultura representava a incerteza.

Em seu conjunto, os antigos trabalhadores do engenho, estavam unidos em torno da identidade coletiva de moradores. Carrazone (2004:32) captura essa identidade ao afirmar que:

Ser morador do Engenho Ubu é mais que habitar dentro do espaço físico do Engenho, é ter nascido ali, ou ter chegado ainda criança, ou ter casado com alguém de lá; é trabalhar, essencialmente, dentro dos limites do engenho; é obedecer incondicionalmente a [sic] regras nascidas na convivência do grupo ou impostas pelo dono da propriedade; é ter orgulho de ser morador, sendo grato ao dono do Engenho por esta condição; é ser trabalhador, cumprindo a tarefa que lhe foi designada, custe o que custar, como forma de agradecimento a esta condição de ser morador.

Parte de tais características, por sua vez, será identificada no engajamento (ou na sua ausência) desses moradores em relação ao seu envolvimento nas estratégias utilizadas no conflito contra o aterro sanitário, porquanto poucos deles se mostraram sensíveis à mobilização promovida pelas lideranças dos recém-chegados, sendo possível associar essa inércia à própria história de subserviência do grupo.

Foi no início do ano de 1994 que trabalhadores rurais desempregados, que viviam nas pontas de rua, e agricultores advindos de outros assentamentos, como Pitanga I e II, organizaram-se para realizar um acampamento no Engenho Ubu. Muitas das ações desses trabalhadores representaram estratégias de enfrentamento com vistas à aceleração do processo de desapropriação. Entretanto, a chegada dos trabalhadores



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

organizados pela FETAPE (13 de fevereiro de 1994) ao engenho é o que melhor ilustra o confronto entre os “de dentro” e os “de fora”.

Os “de fora” eram trabalhadores rurais sem terra, aqueles que chegam para ocupar, que tinham em suas lideranças pessoas com longa trajetória de luta e envolvimento com movimentos sociais e que, ao mesmo tempo, eram caracterizados por uma heterogeneidade de experiências formada por trabalhadores de ponta de rua, desempregados da cidade e indivíduos que procuravam um lugar para ocupar em decorrência do estrangulamento da terra ocorrido por conta da ampliação do número de membros das antigas famílias de agricultores em outras áreas de reforma agrária, pelo desemprego nas cidades ou pelo fechamento de muitos postos de trabalho nas usinas da região.

As características dos “de fora” nos permitem inferir que a experiência anterior de organização e luta pela terra forneceu a esses sujeitos características de insubordinação, ou, em outras palavras, dada a sua experiência e o envolvimento de suas famílias em outras histórias de conflito, estes possuíam uma identidade diametralmente distinta da dos antigos moradores.

No caso específico do encontro entre os “de dentro” e os “de fora”, percebe-se, inicialmente, que a construção de uma imagem preconcebida dos acampados enquanto *invasores e deturpadores da ordem* povoou o imaginário dos antigos moradores do engenho que se sentiam ameaçados pelos atos praticados por aquele grupo. Com a desapropriação da terra e a constituição do assentamento, tal imagem e a desconfiança nos “de fora” tendem a ser relativizadas. Forma-se, a partir daí, entre os dois grupos, uma identidade de “assentados”, todavia tal fato não consegue dissolver as diferenças entre eles¹.

Apesar de os acampados e moradores passarem a partilhar uma identidade de assentados, a desconfiança e o conflito construídos pela imagem de “desordem” em relação aos “de fora” mantêm-se nas disputas pelo acesso aos locais que permitiam estabelecer canais de representação e liderança comunitária.

¹ Wanderley (2000:99) considera que: “a proximidade de grupos distintos no meio rural pode gerar tensões e conflitos. As distinções se expressam frequentemente entre os antigos habitantes e os recém-chegados, ou os “de dentro” e os “de fora”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Esses espaços seriam identificados pelos “de fora” como posições que um grupo de duas famílias de antigos moradores buscava ocupar, revezando-se nos cargos de direção da escola, da associação de moradores e do posto médico, núcleos importantes do acesso aos direitos e fornecedores de status sociais entre os assentados. Essas mesmas famílias, por sua vez, ocupam também as melhores casas da vila, o que permite que eles sejam considerados como os mais prósperos entre os antigos moradores e detenham o respeito do grupo, como também exerçam influência sobre boa parte desses moradores.

Apesar de existir uma fonte diferenciada de poder entre os antigos moradores e os novos residentes assentados, essa diferenciação não significava que um grupo tinha menos influência que o outro. O que observamos foi que, entre os “de dentro”, a cota de poder estava relacionada ao caráter de permanência dado pela “antiguidade”, já entre os “de fora”, esse poder advinha da experiência de luta social, que muitos de seus integrantes traziam.

A coesão grupal enquanto um elemento de unidade, mecanismo de poder e controle não fora privilégio apenas dos antigos moradores. Se, entre estes, a coesão se dava por terem nascido ali, terem chegado ainda quando crianças, terem casado com alguém da comunidade e trabalhado, essencialmente, dentro dos limites do engenho, entre os “de fora” a coesão foi resultado, inicialmente, da solidariedade mantida no período em que estes estiveram sob as lonas pretas do acampamento. No entanto, essa forma de solidariedade manteve-se de maneira muito ampla até o momento em que as terras do engenho foram desapropriadas, e cada acampado, cada antigo morador recebeu sua parcela de terra. O que ocorre posteriormente é que, com a individualização das parcelas, a coesão existente entre os “de fora” passa a se dissipar, mantendo-se apenas entre as lideranças mais ativas desse grupo.

Percebe-se assim que o compartilhamento das terras, tão almejado, trouxe com ele a dificuldade de organização dos sujeitos que, distanciados do elo que os mantinha unidos (o acesso à terra), encontraram obstáculos para desenvolver novas ações coletivas. Isso, no entanto, não representou uma fragilidade para esses sujeitos diante das relações que se estabeleceram com os antigos moradores, de modo que eles não se



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

mostraram passíveis ante qualquer forma de discriminação ou manobras que os “de dentro” utilizaram para se manter nos cargos de poder e representação da comunidade.

O fato é que, na disputa pela liderança desses espaços de poder, os líderes dos antigos acampados priorizaram o acesso à associação de moradores entendendo ser este um espaço privilegiado de interlocução entre assentados e o poder público, visto que é por ele que se fornecem informações sobre o assentamento, tem-se acesso aos financiamentos, programas e projetos do INCRA. A associação representa, assim, um caminho de acesso aos projetos que tendem a beneficiar os assentados em suas respectivas parcelas e, por isso, um campo estratégico de reconhecimento e liderança da comunidade.

Muito embora os cargos de diretoria e presidência da associação não sejam a meta de todos os assentados, a disputa entre as duas famílias e as lideranças dos recém-chegados é evidente e demonstra o quanto a relação entre os “de dentro” e os “de fora” ainda permanece orientada pela desconfiança.

Para melhor compreensão do que vêm a ser as disputas internas dentro do próprio assentamento, e a distinção entre os “de dentro” e os “de fora”, é importante entender as “quatro pessoas” (expressão das lideranças dos recém-chegados), ou grupos, que formam a comunidade e as relações que se estabelecem entre eles. O **primeiro grupo** corresponde aos antigos moradores (os “de dentro”) da *vila do engenho*: entre estes “existem duas famílias (que exercem excepcional influência sobre os demais moradores) na vila que são rivais e dominam o povo. Eles ocupam os melhores espaços (direção da escola e do posto médico, casas)” (D. T, 47 anos). Um aspecto diferencial dos antigos moradores em relação aos “de fora” foi que, apesar de todos os antigos moradores terem direito a uma parcela de terra, com a desapropriação, a sua maioria já repassou a propriedade e desenvolve trabalho remunerado, seja por meio de bares ou de atividades exercidas nas cidades circunvizinhas (Goiana, Igarassu, Abreu e Lima).

O **segundo grupo** corresponde às famílias de moradores de sítio do engenho. “Essas cinco famílias de moradores de sítio, espalhadas pelas terras do engenho, diferenciam-se [diferenciavam-se] das famílias sem sítios da vila através de um contrato simbólico com o dono do engenho” (CARRAZONE, 2004:30). No que diz respeito à discriminação e disputa interna entre grupos, podemos afirmar que isso já ocorria



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

mesmo antes da chegada dos trabalhadores sem terra. Havia uma discriminação dos trabalhadores da usina (os moradores da vila) contra os trabalhadores da cana que moravam em áreas distantes da sede do engenho, refletida no fato de que estes últimos estavam relegados às piores moradias.

O **terceiro grupo** é composto pelos acampados (os “de fora”) que chegam às terras do engenho em 13 de fevereiro de 1994, ocupando uma área no lado esquerdo da Br 101 Norte, no sentido Goiana/Igarassu. “Nós somos uma terceira pessoa, os forasteiros, os “de fora” (J. F, 48 anos).

O **quarto grupo** são os “perseguidos pela polícia”. São os ocupantes silenciosos que se apropriaram das casas ociosas da vila, com a falência do engenho; em geral são pessoas que tiveram alguma passagem na polícia por roubo ou pequenos delitos e que encontraram na ociosidade de alguns espaços (almoxarifado, casa grande, etc) da antiga destilaria seu refúgio. Após a chegada dessas pessoas, verificou-se, segundo muitos dos antigos moradores um aumento da violência e da insegurança ocasionado pelo uso de drogas que eram comercializadas dentro do engenho. Estes são tidos pelos antigos moradores, como a causa da violência e insegurança que se abateram sobre o engenho. Em uma das entrevistas, um dos acampados explicita o nível de desconfiança que se estabeleceu entre os “de dentro” e os “de fora”: “Pra nós, eram as elites [os dois grupos rivais de antigos moradores] que vendiam a eles [os perseguidos da polícia] as casas pra eles morar. Mas a elite [os “de dentro”] culpa os acampados de trazer eles pra cá” (J. F, 48 anos).

Um momento marcante na relação entre os “de dentro” e os “de fora” se deu por ocasião da primeira visita dos acampados à vila dos antigos moradores. Os recém-chegados relataram que, ao entrarem na localidade, viram todas as portas e janelas das casas se fecharem e as mães retirarem as crianças da rua numa demonstração clara de que a imagem que os antigos moradores faziam desse grupo associava-os à ideia de baderneiros, violentos e desordeiros.

O medo e a apreensão com relação aos sem terra ficaram registrado numa das falas de um antigo morador: “*Como alguém pode se apropriar² da propriedade de*

² Um dos assentados exortou em sua entrevista: “Aprendi com o acampamento que o brasileiro não invade, o brasileiro ocupa as terras que são dos brasileiros” (M. F. S, 41 anos). Uma referência explícita à



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

outra pessoa dessa forma?”. Mas, mesmo que a representação dos sem terra como baderneiros e violentos tenha sido pouco a pouco desconstruída, as relações de poder na condução da liderança do assentamento se tornaram patentes na competição que se estabeleceu para a conquista dos espaços em que a materialização desse poder se manifestava.

No contexto das relações que se estabeleceram entre os quatro grupos, ficou evidente que as disputas de poder centralizavam-se entre os “de dentro” (trabalhadores sem terra) e os “de fora” (antigos moradores). No entanto, para as lideranças dos “de fora”, foi possível, depois de algum tempo, visualizar mudanças nessa relação quando afirmaram que “a última eleição da associação ocorreu de modo que a “elite feudal” não mais a compõe” (D. T, 47 anos). Ainda segundo uma outra liderança, “ Na primeira sessão eleitoral do engenho, os assentados conseguiram não incluir os familiares da elite para a função de mesários” (F. C, 49 anos).

Um aspecto distintivo entre os antigos moradores (tanto os da vila quanto os dos sítios) e os acampados reside no fato de que, além de boa parte desses sujeitos (os “de fora”) terem vindo de antigos assentamentos de reforma agrária (como é o caso de Pitanga, Engenho Novo e Caiana) ou da experiência de trabalho na cidade, suas lideranças quase sempre possuem um histórico de engajamento social e de luta junto aos movimentos sociais (entre os vínculos encontrados, podemos citar: MJMP (Movimento de Jovens do Meio Popular), da Arquidiocese de Olinda e Recife; CPT (Comissão Pastoral da Terra); STR (Sindicato de Trabalhadores Rurais), de Igarassu e Goiana, e a tradição do trabalho na agricultura, dando-lhes assim maiores condições de organização e de encaminhamento diante dos conflitos, quer de ordem interna quer externa.

As experiências e as histórias dos diferentes grupos que formam a comunidade do Assentamento Engenho Ubu (os “de dentro e os “de fora”) tendem a influenciar posições divergentes quanto ao risco e ao perigo que o empreendimento possa trazer. Assim destacam-se o envolvimento e a mobilização desencadeados pela percepção de risco dos “de fora”, de um lado, e, de outro, o distanciamento, o pouco envolvimento ou a negação do risco pelos “de dentro”.

recusa de uma identidade de invasor e de tudo o que isso representava em termos da não aceitação social daqueles que ocuparam as terras do engenho.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Entre os “de fora”, o risco percebido³ está, sobretudo, na possibilidade de serem ameaçados um dos aspectos que melhor caracteriza a localização do assentamento – o rio Arataca. Para eles, os efeitos da presença do aterro são bem visíveis já no presente, pelo medo de contaminação que sentem e pelo próprio desconhecimento quanto ao que viria a ser um aterro sanitário.

Não obstante esse contexto, o fato de os assentados “de fora” apresentarem-se mais dispostos a se mobilizar em volta de ações que busquem eliminar os riscos percebidos com a construção e o funcionamento do aterro está associado também à própria experiência desenvolvida pela recepção da temática ambiental junto aos movimentos sociais de que estes participam ou participaram.

Já os antigos moradores, em função de suas relações evocadas, possivelmente, pela necessidade de manter um *status quo* que os distinguiu, anteriormente, dos trabalhadores rurais do engenho, desenvolveram características de passividade que, associadas à lealdade que apresentavam aos antigos proprietários, se mantêm distantes de quaisquer ações que possam representar um envolvimento maior em defesa dos direitos dos assentados.

Essa atitude revelava também uma distinção que nos pareceu muito explícita entre os dois grupos. Como, inicialmente, os sem terra foram interpretados, pelas ações que desenvolveram ao longo da luta pela terra, como baderneiros e violentos, assumir hoje a mesma posição desse grupo no conflito com o aterro conduziria a uma homogeneização dos sujeitos, o que se mostrava pouco provável para esses antigos moradores que se consideravam pessoas ordeiras.

Essa relação entre os dois grupos talvez seja o que mais tenha contribuído, internamente, para que a consciência do risco não pudesse ter sido disseminada e assumida como pretendiam as lideranças.

No conflito socioambiental entre assentados rurais e o aterro sanitário de Igarassu, subconflitos inerentes às estruturas internas do próprio grupo de atingidos, que muitas vezes não são visíveis nos embates entre os polos centrais (assentados e aterro), dão a tonalidade e nuances ao movimento de contestação. Isso quer dizer que

³ A percepção de risco é “*uma habilidade de interpretar uma situação de potencial dano à saúde ou à vida da pessoa, ou de terceiros, baseada em experiências anteriores e sua extrapolação para um momento futuro, habilidade esta que varia de uma vaga opinião a uma firme convicção*” (WIEDERMANN, 1993 *apud* PERES, 2003:32).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

posicionamentos divergentes em relação ao risco tendem a interferir na condução de processos contestatórios que são realizados pelo movimento.

A ausência de uma atitude reivindicatória, ao mesmo tempo que caracteriza a posição dos antigos moradores da vila com relação aos problemas que direta ou indiretamente afligem a comunidade, dá forma e conteúdo a um *habitus* que os diferencia daqueles que chegaram depois. Mesmo havendo um reconhecimento da ação dos “de fora” quanto às mudanças que ocorreram com o parcelamento das terras do engenho e considerando os méritos destes nesse processo, o estigma de badernagem e violência percorre o imaginário dos “de dentro” na relação com os assentados que promoveram a ocupação da terra.

Elementos como a estigmatização de outsiders e o emolduramento do poder por meio da coesão grupal, assim como as ações de preconceito que grupos de estabelecidos realizam para a manutenção de seu *status quo*, garantem a subordinação de indivíduos que se encontram em situação de precária coesão social (ELIAS, 2000).

Dessa forma, o modelo explicativo das relações de poder oferecida por Elias (2000) apresenta-se como uma importante referência para análise dessas mesmas relações no universo aqui estudado, muito embora os aspectos apreciados demonstrem que, quando tanto estabelecidos quanto outsiders possuem, mesmo que de forma diferenciada, uma certa coesão grupal, cotas de poder se distribuem nas relações de forças que se estabelecem entre os dois grupos.

4. Considerações finais

Elias (2006), ao discutir o conceito de processos sociais, considera que os seres humanos formam figurações uns com os outros. Por sua vez, as figurações seriam a singularidade com a qual a “vida conjunta em grupos grandes e pequenos estaria sempre codeterminada pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos”.

A respeito da figuração existente no processo de constituição do Assentamento Engenho Ubu, as relações entre os “de dentro” e os “de fora” emergem, em primeiro



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

lugar, enquanto uma questão de identidades que se entrecruzam procurando demarcar, a exemplo dos antigos moradores, espaços de representação que forneçam um campo de poder que permita manter afastados aqueles que comprometem o elemento de coesão que alimenta a sua identidade.

Em segundo lugar, essas relações se estabelecem na dinâmica de configuração de um conflito interno que ocorre em paralelo com conflito socioambiental que atinge a comunidade. O efeito do conflito interno compromete os resultados da mobilização contra o aterro porque uma terceira identidade, a de assentados, que deveria diluir as demais, não consegue se estabelecer. Esta é apenas normativa e se vincula à necessidade de captar recursos seja individuais ou coletivos quando assumi-la se torna uma exigência do Estado.

A identidade de assentados, que deveria se contrapor às de estabelecidos e outsiders, promovendo a coesão da comunidade, se encontra fragilizada enquanto uma subcategoria das relações sociais que se estabelecem no assentamento. Mesmo que ela seja assumida com mais rigor pelos recém-chegados, entre os estabelecidos, incorporá-la significaria associar a imagem de seu grupo a um estigma de desordem que eles atribuíram aos “de fora”. Os efeitos desse processo, como já afirmamos anteriormente, assenta-se diretamente sobre as formas de mobilização da comunidade do assentamento em relação ao conflito socioambiental com a instalação e o funcionamento do aterro sanitário.

O pouco envolvimento da comunidade é reflexo, sobretudo, do próprio conflito interno anterior, inclusive, ao deflagrar o problema dos riscos ambientais promovidos pelo aterro. Não seria simplismo considerar que as trajetórias de cada um dos grupos que formam o assentamento colaboraram para que suas diferenças promovessem também seus distanciamentos e estratégias de exclusão dos estrangeiros, pelo menos por parte dos estabelecidos.

Essas trajetórias, marcadas, de um lado, por um processo de subserviência e pela orientação de um código de lealdade para com o patrão e, de outro, por percursos ligados a movimentos sociais e por uma trajetória ligada pela noção de direitos, influenciarão, também, a percepção que cada um destes terá sobre o risco ambiental.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Quanto a isso, Douglas e Wildavsky (1982) compreendem que a apreensão do universo cultural e social, ou seja, as crenças e valores partilhados por um grupo social são determinantes para se entender quais situações são selecionadas como ameaçadoras e de que modo diferentes estimativas de riscos são produzidas e, assim, são capazes de mobilizar socialmente um grupo.

Por fim, a lição que nos deixa Elias (2000) das figurações que se promovem entre estabelecidos e outsiders é que estas possuem regularidades e divergências. Se a coesão não era uma característica mútua para a identidade de assentado, fora-o, decerto para as identidades que os dois grupos (“de dentro” e “de fora”) definiram para si. Como nos alerta Elias (2000:208): “No fundo sempre se trata do fato de que um grupo exclui outro das chances de poder e status, conseguindo monopolizar essas chances. A exclusão pode variar em modo e grau, pode ser total ou parcial, mais forte ou mais fraca. Também pode ser recíproca”.

No mais, concordamos com o autor que a compreensão da análise das relações de poder não deve se restringir às particularidades econômicas. Desse modo, ao que nos parece, o modelo teórico de análise proposto por Elias (2000), ao vislumbrar casos singulares, fornece detalhes, que em figurações maiores, passariam despercebidos.

5. Referências

ALBUQUERQUE, Gustavo Leal de. **A reforma agrária em Pernambuco – uma análise da Zona da Mata**. Recife: Nossa Livraria, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. Oliveira & ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A cana-de-açúcar na região da Mata de Pernambuco: Reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impactos ambientais, sócio-econômico e político**. Recife: UFPE, 2001.

CARVALHO. Isabel Cristina de Moura. (2002) **O "Ambiental" como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da EA**. Disponível em: <http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/IsabelCarvalho.pdf>. Acesso em: 12 jan 2007.

CARRAZONE, Verônica. **Assentamento da reforma agrária: quando moradores e acampado se encontram**. 2004. 95 fl. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Pós-graduação em Sociologia - UFPE, CFCH. Recife, 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DOUGLAS, Mary., WILDAVSKY, Aaron. **Risk and culture – An essay on the selection of technological and environmental dangers.** Berkeley: University of California Press, 1982.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, volume 1.

ELIAS, Nobert. & SCORTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios: 1 – Estado, processo, opinião pública.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006.

HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO UBU. Livro I, Goiana, 1999. Mimeografado.

PERES, Frederico. **Onde mora o perigo? O processo de construção de metodologia de diagnóstico da percepção de risco no trabalhador rural.** Tese de Doutorado. Faculdades de Ciências Médicas, UNICAMP. 2003.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. **Percepção de risco e conflito socioambiental: um estudo sobre a instalação de um aterro sanitário em área de assentamento rural em Igarassu, Pernambuco.** Tese de doutorado. Pós-graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** CPDA, UFRJ. Nº 15, outubro 2000: 87-145.